**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

É com grande preocupação que apresento a esta egrégia Casa de Leis a presente **MOÇÃO DE PROTESTOS** para o **GOVERNO FEDERAL** em razão da PEC 32/2020 que trata da suposta Reforma Administrativa.

A PEC 32/2020 apresentada pelo Governo Bolsonaro, sem diálogo com as categorias de servidores, representa um verdadeiro retrocesso e tem o objetivo cortar direitos e desestruturar os serviços públicos a nível federal, estadual e municipal, com seríssimas consequências negativas para a população. Trata-se, a rigor, de um plano de destruição do serviço público.

Segundo a proposta, 27 trechos da Constituição serão alterados e 87 novos dispositivos introduzidos. As principais medidas tratam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal. A PEC traz ainda regras transitórias e prevê a eventual atuação dos entes federativos na regulamentação, já que alguns dispositivos, como por exemplo, a exigência da criação de novos regimes jurídicos e específicos para servidores, caso aprovados, dependerão de regulamentação posterior à promulgação das mudanças pelo Congresso Nacional.

A estabilidade no serviço público ficará restrita a carreiras típicas do Estado. Uma lei complementar futura definirá quais que se enquadram nessa categoria, e os entes federativos poderão regulamentar o tema posteriormente. Os profissionais das demais carreiras seriam contratados por tempo indeterminado ou determinado. As formas de ingresso no serviço público preveem as seleções simplificadas para vagas por tempo determinado, modalidade que poderia se disseminar como prática das administrações em todas as esferas, fragilizando o serviço público e os trabalhadores.

Além disso, a PEC também veda uma série de benefícios e vantagens ao trazer dispositivos autoaplicáveis relacionados à governança. Uma das mudanças amplia atribuições do presidente da República para alterações na administração e nos órgãos do Poder Executivo por meio de decreto, alterando a disposição atual que prevê a necessidade de projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

Ainda assim, um dos efeitos mais nefastos da PEC 32 é a indução ao fim do atendimento gratuito em áreas como saúde e educação ao aprofundar as possibilidades de terceirização no serviço público. Diante ao exposto, a PEC 32 é um retrocesso que precisa ser barrado e merece todo nosso repúdio e protesto.

Portanto, senhor presidente, em razão dos efeitos nefastos decorrentes da PEC 32/2020 e, atendendo pedido do Sindissu (Sindicato dos Servidores Municipais de Sumaré/SP), requeiro, na forma regimental e após ouvido o Plenário, que conste na ata dos trabalhos a referida **MOÇÃO DE PROTESTOS** para **GOVERNO FEDERAL**. Requeiro ainda que cópias da presente moção sejam enviadas para a Presidência da República do Brasil, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Sindissu.

**Sala das Sessões, 29 de junho de 2021.**

**WILLIAN SOUZA**

**Vereador-Presidente
Partido dos Trabalhadores – PT**